

# **América Latina em trocas museais: invenção e reinvenção<sup>1</sup>**

Maria Cecília França Lourenço<sup>2</sup>

## **Resumo**

Busca-se analisar razões históricas a inibir a esperada aproximação de atuantes e instituições culturais, no país, com as Américas. Em parte as distâncias culturais se justificam pela dificuldade em se aceitar o que não se é. Defende-se uma troca em que se enfrente e se aprenda com a diferença, desde o interior às vizinhanças, aqui e no Continente com vistas ao diálogo proveitoso entre pares e povos para fortalecimento humano.

## ***Latin America in museological exchanges: invention and reinvention***

## **Abstract**

*This paper analyzes historical reasons to inhibit the expected approach of active and cultural institutions in the country, with the Americas. In part, the cultural distances are justified by the difficulty in accepting the other and the dissemblance. We put forth a return in that fight and if you learn from the difference, since the interior to neighborhoods, here and on the Mainland with a view to fruitful dialogue between peers and people to strengthen human.*

---

<sup>1</sup> Texto em parte exposto no MAC/USP, em 2014.

<sup>2</sup> Professora titular da FAU-USP, coordenadora do Grupo Museu/Patrimônio. [Currículo Lattes](#).

*(...) Mais do que o descobrimento da América haveria de se falar em invenção (...). E o que descobrem os europeus quando tocam estas terras é seu próprio sonho histórico (...)  
A presença e o presente são um futuro.*  
Octávio Paz. "Whitman, poeta da América", 2003, 286.

Ao final dos Anos 1990, a Sociedade de Arquitetos do Uruguai cumpriu função ético-social relevante na abordagem do passado: formalizou concurso para criar o "Memorial em recordação dos detidos-desaparecidos". Resultou obra em escala amigável para justo tributo às vítimas do vandalismo estatal na recente Ditadura, arrolando-se nomes, enfileirados e similares para se percorrer com contrição<sup>3</sup>.

Tal solução em memoriais nas Américas gerou parâmetro comovente e se estendeu desde o pioneiro em Washington alusivo à Guerra do Vietnã, edificado em 1982, ao recente Memorial e Museu Nacional 11 de setembro, NY/EUA (2011) (foto 1). Tiranias como lutas ferem o tecido social e causam reflexão e comparação similares, porquanto nos Anos 1970 inúmeros países deste Continente se achavam condenados a poderes arbitrários, a abranger Argentina (1976-83), Brasil (1964-85), Chile (1973-90), Paraguai (1954-89); Uruguai (1973-84).

Museus ensejam o trato de conflitos, o balancear de vozes em disputa e clareza em posições, sem se imaginar neutralidade. Editados pelo humano, objetos podem emocionar, convencer e debater para além do belo e enternecedor, a par de sintonizar-se aos novos recursos e à visualidade coetânea. Os projetos alinham-se ao antimonumento, ao usar resoluções acres em temas contundentes, como são as ditaduras, ou seguem certa via de museu na era do espetáculo.

O Museu da Resistência/ SP (2007) se identifica ao antimonumento se avizinha a outro, o de Buenos Aires, sendo que no primeiro interferiu-se pouco no prédio, uma das sedes de repressão, Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ (Deops) para erigir de início o "Memorial da Liberdade" (2002). Manteve-se a arquitetura e singela parcela do original, destinando-se as demais partes para espaço expositivo da Pinacoteca do Estado<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Imagens em <http://www.descubrimontevideo.uy/br/parque-vaz-ferreira-pt>

<sup>4</sup> Imagem In: [www.pinacoteca.org.br](http://www.pinacoteca.org.br)

Na Argentina, a Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) de Buenos Aires vem expondo com crueza as condições de perseguidos e do prédio.



*Memorial e Museu Nacional 11 de setembro NY/EUA. Foto 1. out. 2015*

Já novos edifícios fulgurantes e com recursos cênicos identificada ao espetáculo denotariam fascínio por um futuro político distinto, ou apenas distrairia o visitante para a aspereza das espoliações? O Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago do Chile (2007) (Foto 2) adveio de concurso e impressiona ao flutuar pelo uso de pilotis, como fizera Lina Bo no Museu de Arte de São Paulo/ (Masp) (1968). A ausência de delimitação para acesso facilita a entrada e as trocas urbanas, como se almeja.

Todavia, ao se cotejar o do Chile aos dois anteriores citados, o de Santiago perde o objetivo de ressaltar a memória relativa aos direitos humanos por se valer de espaços amplos, transparentes, intercomunicáveis e materiais grandiosos, encontrados em tipologias museais. O resultado coopera para se desviar do mote pelo que foi erigido. Em contraste o antimonumento se opõe ao brilho ou enlevo e se torna marco visceral para que a violência do poder não seja minimizada ou esquecida.



*Museu da Memória e dos Direitos Humanos. Santiago do Chile. Foto A. abr. 2012.*

Em que pesem as singularidades entre antimonumento e espetáculo, projetar e manter museus implica em pessoal capacitado, nova tecnologia, arquivos, gravação, filmes de época e instalação, ou seja soluções sintonizadas às expressões contemporâneas, plano museico e arquitetônico em amplo diálogo. Assim se fixam condições para debate local, regional, nacional, continental e de lutas comuns.

Museus e patrimônio exigiram intercâmbio e ações conjuntas, também no luto pela barbárie cometida no período ditatorial. O fundamento museal requer renovação e crítica para iluminar e alertar novas gerações sobre o ultraje à memória coletiva. Esta supera o culto pessoal e pode fundar sonhos por um devir distinto nas Américas, porém, por vezes, resíduos do anterior demoram a se retirar e delongam a transição de regime político. O caso brasileiro fundamenta a afirmação, pois, apenas após 21 anos de encerrado o período ditatorial deu-se tímido passo para afrontar a *violação de marco legal* e conceder o básico – direito à memória e à verdade, ato antagônico à prontidão reativa nas Américas.

## Somos todos americanos?

*América (...) filha melhor do Eterno?* Gonçalves Dias,  
“Timbiras”, canto III.

O presidente dos Estados Unidos ao reatar laços com Cuba (2014) proferiu frase retórica: “Somos todos americanos”, em espanhol. Pergunto: seríamos de fato? Antes, políticos de proa, ao redigir no país o Manifesto Republicano (1870) já debatiam o lugar do Brasil no Continente: “Somos da América e queremos ser americanos”. Elegantes na fala criticavam o governo colonial, nomeado no referido texto como “antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos”<sup>5</sup>. Antecipam a chamada Proclamação da República (1889) ao lutar por autonomia em trocas.

Cabe arguir no enunciado de 1870: preveriam que parte da América? Abarcariam toda variação? O plural abrangeria quais classes sociais? No Século XIX republicanos estariam a louvar países não mais coloniais, como EUA (1776), Argentina (1816), México (1821)? O ideal político aceitaria etnias e inclusão de franjas societárias? Educação, saúde, habitação e cultura se abririam a qualquer habitante?

Acordos econômicos vêm sendo firmados nas Américas<sup>6</sup>, o que levaria a pensar em abertura iminente e inovadora. Sem dúvida, manifestos e pactos, desde 1870, denotam avanço, se cotejados à adesão para dizimar opositores, como se fez na Guerra do Paraguai (1864-70), ou, nos Anos 1970 na Operação Condor.

As ditaduras uniram militares de Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, apoiados pelos EUA, na referida Operação, como parte da Guerra Fria. Entre as ações, desde 1961, mencionem-se as deflagradas pela Aliança para o Progresso (Foto 3) sob vários pretextos, a dissimular intenções para deter a aceitação fundadas em teses de esquerda e também para caça aos cidadãos contrários aos regimes truculentos.

---

<sup>5</sup> Manifesto Republicano, 1870.

<sup>6</sup> Lembro: Mercosul, entre Brasil, Peru, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador, Bolívia, Colômbia e Venezuela (1995); Tratados de Livre Comércio/ (TLC), EUA e Guatemala, (2007); União das Nações Sul-Americanas (Unasul), Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Peru, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela, (2008).



Selo Aniversário da Aliança Para o Progresso. Fonte: [www.filatelicajunges.com.br](http://www.filatelicajunges.com.br)

Tratado econômico pode gerar circulação de recursos, mas aproximaria autoridades às instituições museais? Inadiável seria rever o sentido de expressões, em tese, positivas sobre a unidade continental, entre outras: latino-americanos, ibero-americanos, América Portuguesa, Espanhola, Cristã, ou civilização herdada dos europeus, a ignorar culturas e povos nativos, orientais e africanos.

O próprio termo, América Latina, teria sido originado por nascidos neste Continente, quando de sua estada europeia, ambos no século XIX<sup>7</sup>. Segundo estudos atuais de João Feres Júnior, nas bibliotecas, Pública / NY e a do Congresso do EUA, até 1900, livros ou periódicos não empregaram o termo em língua inglesa. Apenas em 1922, editou-se o livro de William S. Robertson, *The History of the Latin-American Nations*.

O marco inicial em espanhol traduziria supressão de indígenas, africanos e outros troncos étnicos, depreciando estágio de civilização singular? Aversão aos Estados Unidos? Reverência subalterna às culturas europeias? Aludiria apenas uma unidade linguística com foco no espanhol e se assim fosse excluiria o Brasil? E mais, a comum denominação de americanos aos nascidos nos EUA, e não norte-americanos, indicaria que se outorga a eles o mando do Continente?

Note-se que em 1905, Joaquim Nabuco, designado para recém-criada embaixada dos Estados Unidos, inquiriu o Barão de Rio Branco, sobre qual rumo político a se adotar no país. Estaria entre “(...) o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário”<sup>8</sup>. Ao adotar este eufemismo dissimularia

<sup>7</sup> BETHELL, Leslie (ed.). *O Brasil e a ideia de 'América Latina' em perspectiva histórica*. *Estudos Históricos* (vol.22, n.º 44). Rio de Janeiro jul./dez. 2009. <http://www.scielo.br>

<sup>8</sup> NABUCO, Joaquim. *Obras Completas de Joaquim Nabuco* – XIV – Cartas a Amigos; vol. II. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 207.

decepção com diferenças e denotaria assimilação de noção europeia, que eles haviam aportado em território vazio, em espírito, avanço e cultura?

O medo ante o incógnito talvez iniba traçar metas comuns e partilhadas, logo, aceitar assimetrias, para pensar projetos. Os museus possuem longa experiência na reflexão sobre o Outro, por salvaguardar objetos multilíngues a exigir inventar vasto campo para problematizá-los. Aprofundam esse esforço ao trocar saber, editar publicações, efetivar intercâmbio profissional e realizar simpósios<sup>9</sup>. O que faltaria?

Valeria envidar ânimos efetivos para a suspensão do esquecimento ante o presente e o passado desiguais. Urge esgarçar fronteiras de instituições, disciplinas e governos, embora haja também o desafio de atrair e sensibilizar autoridades como público habitual. Após firmar acordos, nem sempre se cumprem metas, prazos e também não se provêm recursos para vivificar objetos tutelados.

Inúmeros agravantes para custodiar bens e expô-los ocorreram na era colonial e o caso brasileiro documenta entraves. Entre estes cabe lembrar o transporte de altares, a ignorar a arte local, para se aquilatar bastaria mencionar apenas um artista, Aleijadinho. Ou a vinda de franceses (1808) nomeada como missão, a sugerir algo também civilizatório e a instalação de ensino com base nas Academias, para impor certo padrão<sup>10</sup>. Assolados com impostos e alienação do poder realizaram-se confrontos e o desprezo chegou a tal ponto que com a República (1889) o patrimônio imperial luso foi leiloado, sem reação para preservá-lo.

Note-se que aceitar populações locais, desde as invasões também se mostrou díspar nas Colônias espanholas, inglesas e lusa, diante da variedade nativa, em língua<sup>11</sup>, escrita e religião, agricultura, instrução, moradia e extensão territorial. A estratégia para implantação de estabelecimentos feita pelos dois primeiros tendia a formar mediadores entre reis e povo local. Vale para todo o conjunto o dizer de Octavio Paz: mediu-se querela cultural pela ótica de *seu próprio sonho histórico*.

---

<sup>9</sup> Menciono Mesa de Santiago (UNESCO, 1972); 23 Cimeiras Ibero-americanas, desde Guadalajara/ México (1991); Convenção sobre a Proteção da Diversidade de Expressões Culturais (UNESCO, Paris, 2005).

<sup>10</sup> - Desde os Anos 1970 inúmeras dissertações e teses sobre Século XIX levantaram a questão sobre a dita *missão*, como se acentua neste ensaio.

<sup>11</sup> Há hoje só no Brasil quase 150 línguas e somam 1/10 das nativas, quando aqui chegaram os europeus.

Outra cena diversa se afere no escravizar índios e africanos, pois, o Brasil foi o primeiro a adotar e o último a fixar certa alforria, ainda exigida pela Inglaterra. Nomeada por “Libertação dos Escravos” (1888), não se previu plano social para ocupação, moradia, cultura, saúde, educação, enfim, cidadania. Restaram expressões nefastas, como *negacear*, no sentido iludir; *programa de índio*, como algo tolo, ou *situação está negra*, como temerosa, ou sem perspectivas.

Poder-se-ia versar sobre legados comuns dos povos das Américas, como a feição, vocábulos e gastronomia; ao lado da mescla de saberes e sabores com a chegada de imigrantes; primazia da religião dos colonizadores para evangelizar e seu corolário, adaptações locais em materiais, temas e técnicas.

O advento da imprensa favoreceu a ciência sobre marca local e se deu de forma desigual nas Américas. Assim, surgiu jornal diário nas colônias inglesas com o *Daily Courant* (1702), nas espanholas: *Gaceta de Guatemala* (1729), *Las Primicias de la Cultura de Quito*, e *Gaceta de Lima*, (1743)<sup>12</sup>. Entre nós somente com a fuga para cá da Família Real (1808), sustou-se o veto à circulação de edições e se iniciou a Impressão Régia e *Gazeta do Rio de Janeiro*. Esse quadro de censura se agravou com ditaduras e pergunto: justificariam ciclos de conservadorismo e alienação até o presente, no país?

### **Criação de instituições culturais**

*O Brasil nunca existiu para si próprio, na busca da prosperidade e da felicidade de seu povo. Existiu e existe para servir, servil e explorado, ao mercado mundial, que ajudou a montar (...)*. Darcy Ribeiro. “A fundação do Brasil”, 1992, 16.

Como afirma Darcy Ribeiro, desde a chegada do europeu surgem espoliação e confrontos entre e nas Colônias, fadadas a promover matéria prima e alimentos. Diferem na concepção de órgãos para vasto segmento, como universidade, academia, museu, biblioteca e imprensa. A Universidade de São Domingos, hoje República Dominicana, data de 1538,

---

<sup>12</sup> MOREIRA, Arthur Moroso. Padronização da imprensa periódica: uma análise a partir da evolução histórica dos jornais das cidades de Juiz de Fora e Porto. Porto: Ciências da Comunicação/ Universidade Fernando Pessoa, 2012 (pós doutorado). [bdigital.ufp.pt](http://bdigital.ufp.pt) acesso em 22.11.13.



como outras, ligada à ordem religiosa, ou seja, quatro séculos antes de iniciativas no país: Paraná (1912), Rio de Janeiro (1920) e apenas em 1934 a Universidade de São Paulo<sup>13</sup>.

Nas religiosas o foco seria catequizar, e o saber se obteria por revelação divina, enquanto nas laicas, em tese, visariam ampliar, contestar e modificar noções instaladas. Repassar preceitos religiosos também doutrinaría povos resistentes à aceitação de normas reais e católicas. Em Portugal, há muito já se instituía estudo secular, como na Universidade Coimbra (1308), a indicar descaso ante a Colônia.

As academias no país partiram de ação de letrados locais, antes mesmo da Independência, modeladas pelas europeias nas áreas histórica, artística e científica. Em Portugal criou-se a Real Academia (1720), sob forte apelo religioso-absolutista, talvez na ilusão de se erigir história pontifical e política e, na Colônia (1724-25). Excluídos da Real, os nascidos aqui constituíram em Salvador/BA, a Academia Brasílica dos Esquecidos, tendo, entre outros, Sebastião Rocha Pita, autor de “História da América Portuguesa” (1730).

Ao final das Luzes, iniciaram-se academias de arte nas Américas, moldadas pelo decoro da francesa, desde a do México, com escola de gravura (1781) e que, após dois anos, passou a se chamar Real Academia de São Carlos das Nobres Artes, já com Galeria de Arte (1783)<sup>14</sup>. As demais surgiram na Era das Independências: a de Belas Artes da Pensilvânia (Filadélfia/EUA), do naturalista e pintor Charles W. Peale (1805); em Cuba, a de San Alejandro (1818); no Rio de Janeiro, por decreto de 12/10/1820, previu a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, com longo caminho até se firmar.

## **Museus: luto e memória na urbe**

*Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar*

---

<sup>13</sup> S. Marcos, em Lima/ Peru (1551), Real, do México (1553), S. Tomás, Colômbia (1621), S. Fulgêncio, Quito/ Equador (1586), Córdoba/ Argentina (1613), S. Miguel, Santiago/ Chile (1621), Real Maior e Pontifícia de S. Francisco Xavier de Chuquisaca, então Alto Peru, hoje Bolívia (1623), Harvard nos EUA (1636), Sta. Fé, Bogotá (1573), Cidade de Guatemala (1675), Sto. Inácio de Loyola, Cuzco/ Peru (1621), Yale nos EUA (1791), Caracas (1721), Havana (1728) Filadélfia/ EUA (1755).

<sup>14</sup> Em 1826, Caracas/ Venezuela, lei de ensino regeu a fundação, em 1830, sendo as demais posteriores. ADES, Dawn. Arte na América Latina. São Paulo: Cosak & Naif, 1997, p.27-39.

*seu contorno, o que primeiro se chamou, “evangelizar” e depois “educar”.* Angel Rama. “A cidade das letras”, 1985, 37.

O luto aclara vieses precípuos para se discutir o uso de patrimônio museal, urbano, edificado, móvel, imóvel por colocar o humano em situação extrema. Nas Américas, a prática em se enfrentar a dor e afrontar a violação de estado emerge em reações muito variadas, quanto à prontidão, natureza, extensão e combate à violência, como se propôs neste estudo.

O patrimônio há muito exaltou heróis, obras de pedra, cal e processos, acrescido neste século de outros designados, patrimônio imaterial. Ao se examinar as razões para serem preservados alegam-se atributos notáveis como raridade, preciosidade e beleza; ou como modelo moral, heroico e/ou religioso para a nação. Assim o *status* de testemunho e bem comum afiançariam coesão em torno de certa história e balizas de poucos. Como então legitimá-los?

A formação e abertura de coleções europeias, sacras ou reais, esclarecem parte destes mecanismos, em que se transmutam objetos em valor. O Vaticano inicia a visitação de seu acervo após cisma entre protestantes e católicos. Na França pós a Revolução de 1789, se oscilava entre ideais opostos para a coleção real: os que propunham a permanência do legado material como patrimônio do povo; e os desejosos em dilapidar o passado, em ato simbólico, a afrontar princípios repelidos, como ainda se constata em fundamentalistas.

Museus nas Colônias coletaram e enviaram espécies animais e vegetais, costumes, ou pinturas com iconografia semelhante. Já em 1773 nasceu o Museu Charleston (Carolina do Sul/EUA), espelhado no Britânico (1759). O objeto entendido como portador de conhecimento para ser desvendado coaduna-se com a popularização do saber por meio do contato com estes e embasado em teorias, como a de Norman Allison Calkins, *Primeiras Lições de Coisas*, livro publicado nos Estados Unidos, em 1861, e traduzido por Rui Barbosa (1886).

O que se musealizar então nas Américas: bens do colonizador, contra quem se lutava; ou de povos nativos e imigrados, arrasados e aviltados? O legado de imigrantes apenas no final do século XX ganhou *status* museal significativo. Entre estes, o da Imigração em Ellis Island/EUA (1990), adaptação tocante, voltado às lutas para inclusão, à justa exaltação de avanços lavrados por imigrantes em diversos campos e sem esconder a arquitetura.

Caberia avolumar esforços na formação e estágio de pessoal, informado e inquieto; reforçar o viés de respeito à diversidade; esclarecer e fomentar inovações na gestão de bens; reafirmar a custódia dos estados sob o patrimônio coletivo, sem censura direta, ou indireta; lograr formas comuns para ampliar, arquivar e digitalizar acervos, com vocabulário controlado em consenso com pares; conciliar política pública e plano gestor em conselhos museais, desde que não apenas compostos pelo poder ou elite financeira, dita ilustrada.

Por outro lado, há que se veicular orçamentos, gastos, diferenças salariais, ganhos paralelos, prioridades e as relações com o mercado; ampliar redes digitais com cadastros comuns de obras, motivando circulação de ideias, publicações, encontros científicos, facilidades legais para trânsito de exposições; garantir a integridade física das coleções; aprender com distinções locais; e, em especial, fomentar cultura de paz.

Enfrentar algumas entre tantas questões requer equipes interdisciplinares e transnacionais, para promover ação crítica, centros pulsantes e capazes de repudiar preconceitos. As instituições destinadas à produção e reprodução de saber desfrutam de base ímpar para formular perguntas e ensaiar respostas sobre tensões nas Américas. Urge caminhar lado a lado, porém na contramão do mercado e do espetáculo, que maquam finalidades, interesses pessoais ou corporativos. Muito já se fez, mas há muito a rever, fazer, pensar, não obstante, agora, no presente. Ciça, Verão 2016.